



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 9 | Nº. 17 | Jul./Dez. de 2017

Edson Silva

Professor Titular de História do Colégio de Aplicação da UFPE. Leciona no PROFHISTÓRIA/UFPE, no PPGH/UFCG e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru
Doutor em História Social pela Unicamp
edson.edsilva@hotmail.com

Deisiane da Silva Bezerra

Mestranda em História pelo PPGH UFCG. Professora no Ensino Fundamental em Igaci/AL

MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS E A ATUAÇÃO DO PADRE ALFREDO DÂMASO NO NORDESTE REPUBLICANO

RESUMO

Na primeira metade do século XX ocorreram intensas mobilizações dos povos indígenas no Nordeste, após um longo período de silenciamento oficial que decretou a extinção dos aldeamentos nas últimas décadas do século XIX. Os índios Carijó, habitantes em Águas Belas/PE, buscaram o apoio de Pe. Alfredo Pinto Dâmaso na mediação política entre os indígenas e o Estado, para o reconhecimento estatal, provocando a emergência étnica de outros grupos indígenas como os Fulni-ô, Os Xukuru do Ororubá e os Xukuru-Kariri expressas em suas memórias orais.

Palavras-chave: índios; Nordeste; mobilizações.

ABSTRACT

In the first half of the twentieth century, there were intense mobilizations of indigenous peoples in the Northeast of Brazil, after a long period of official silence that decreed the extinction of settlements in the last century. The Carijó Indians living in Águas Belas/PE, sought the support of Fr. Alfredo Pinto Dâmaso in the political mediation between the Indians and the State, for state recognition, provoking the ethnic emergence of other indigenous groups such as the Fulni-ô, the Xukuru of the Ororubá and the Xukuru-Kariri express in their oral memories.

Keywords: Indians; Northeast; mobilizations.

Os povos indígenas no Nordeste afirmaram suas identidades étnicas como protagonistas sociopolíticos em contextos permeados por processos de territorialização em distintos momentos históricos. O primeiro processo ocorreu entre os séculos XVII e XVIII com a atuação das missões religiosas que tinham propósitos assimilacionistas, e o segundo no início do Século XX com a criação de um órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI, que também atuou para a assimilação dos índios, ainda que garantindo o reconhecimento da condição diferenciada de grupos indígenas diante da sociedade nacional, possibilitando a assistência por meio da construção dos Postos Indígenas (OLIVEIRA, 1999; SILVA, 2012).

Nas primeiras décadas do século XX, ocorreram intensas mobilizações dos povos indígenas no Nordeste. Estimulados por condições sociopolíticas favoráveis, com a atuação do Serviço de Proteção aos Índios/SPI no Nordeste após um longo período de silenciamento oficial que decretou a extinção dos aldeamentos, após a Lei de Terra de 1850, nas últimas décadas do século XIX. Os indígenas agiram de maneira estratégica nas primeiras décadas do Brasil republicano, buscando apoio e alianças com os não índios para instalação de Postos Indígenas (PI), considerando que a afirmação identitária estava vinculada com a possibilidade de lhes conferir a sobrevivência física e étnica. Neste contexto, os Carijó, (atuais Fulni-ô), habitantes em Águas Belas/PE, buscaram o apoio de Padre Alfredo Pinto Dâmaso na mediação política entre os indígenas e o Estado.

O religioso nasceu no ano de 1882 em São Miguel dos Campos/AL,

Os Dâmaso eram uma família tradicional na Zona da Mata de Alagoas, proprietários de uma fazenda (engenho) de cana-de-açúcar chamada “Cariri”, localizada em uma região para onde se deslocavam contingentes de índios moradores nos municípios próximos de Palmeira dos Índios (AL) e Águas Belas (PE), em busca do trabalho sazonal na colheita da cana (SILVA, 2008, p. 218).

Os contatos e os conhecimentos sobre a situação de índios trabalhadores na lavoura canavieira possivelmente motivaram o Padre Alfredo Damaso a defender os indígenas Carijó, sobretudo diante das inúmeras e conhecidas perseguições dos latifundiários. Durante muitos anos, Pe. Alfredo foi vigário em Bom Conselho/PE, cidade situada na fronteira entre o Agreste pernambucano e a Zona da Mata alagoana, o que possibilitava sua constante presença na próxima Águas Belas/PE, onde também atuou como pároco.

A partir da mobilização dos índios e com a mediação do pároco junto ao Estado, diante dos conflitos entre fazendeiros e os Carijós, em 1924 foi instalado em Águas Belas/PE um Posto do SPI. O que nos anos seguintes desencadeou uma rede de articulações mais ampla dos próprios indígenas e assim vários povos conquistaram reconhecimento oficial no Sertão de Pernambuco, Alagoas e Norte da Bahia (ARRUTI, 1995).

O sacerdote que também foi muito próximo dos índios habitantes em Palmeira dos Índios, depois de uma enfermidade faleceu no Recife/PE em 1964. Uma morte bastante lamentada pelos indígenas, principalmente os Carijó/Fulni-ô que tentaram, mas foram impedidos, de levar corpo do religioso para ser velado em Bom Conselho, para sepultá-lo na Aldeia em Águas Belas (SILVA, 2008). E em sua homenagem o Posto Indígena instalado entre os índios Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio/AL, recebeu o nome P.I. Padre Alfredo Dâmaso.

Novos olhares sobre os índios no Nordeste

Discutir a temática indígena no Brasil significa lidar com estereótipos construídos e arraigados nas memórias do senso comum. Existe uma visão equivocada sobre a cristalização das culturas indígenas, vinculadas a um passado distante, mais especificamente ao momento do início da colonização portuguesa, desconsiderando-se o longo período de contato e os processos de trocas socioculturais violentos ou espontâneos entre índios e não índios, nas regiões mais antigas da colonização, a exemplo do Nordeste.

O discurso da “aculturação” sobre a temática indígena, apesar de superado pelos novos estudos históricos e antropológicos, ainda é predominante. Provavelmente por servir bem ao propósito de justificar as invasões das terras indígenas e para o Estado livrar-se das “despesas” em assisti-los. As novas abordagens acerca do território e das identidades evidenciam que as mobilizações pelo reconhecimento étnico indígena perpassam pela conquista da demarcação territorial. Expressam os significados da terra nas mobilizações pelo direito à mesma e sua reafirmação. O índio torna-se um sujeito político, e a terra passa a ser um espaço, não só de sobrevivência, mas de resistência (OLIVEIRA, 1998).

A cultura enquanto instrumento de força política é expressa em manifestações e comemorações, tornando-se um objeto identitário construído para a afirmação étnica.

Porém, do mesmo modo, a ritualização desprovida de reflexões, pode condicionar os chamados povos tradicionais às rotulações (CANCLINI, 2013).

Os povos indígenas no Nordeste precisaram transformar e/ou ocultar suas identidades para se adaptar às mudanças e experiências de contato com um mundo não índio alheio ao seu, ou mesmo às idealizações de um índio original antes do processo de colonização. Assim, reduzir a identidade indígena às características físicas e socioculturais atribuída apenas aos índios que não vivenciaram o contato com o colonizador, é uma abordagem que não contribui para compreender as atuais populações indígenas no Nordeste.

Portanto, muitas vezes, por meio de informações limitadas, os índios são classificados de maneira equivocada, criando-se assim estereótipos. Dessa forma, as percepções sobre os povos indígenas acabam moldando-se pela impressão que se tem deles, da maneira como imagens do índio são apresentadas e reproduzidas no senso comum. Por outro lado, de acordo com Geertz (2005, p.29), interpretar uma cultura “representa um esforço para aceitar a diversidade entre várias maneiras que seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-los”. Ou seja, torna-se relevante que os índios sejam compreendidos a partir de suas expressões socioculturais.

Em nossas reflexões, questionamos as relações entre os índios e o SPI, quando os indígenas foram pensados como supostamente enquanto passivos e disciplinados. Para Certeau (1996, p.38), as formas de explicitar a combinação de operações que compõem uma cultura e as lógicas que acabam movendo os fazeres acionados pelos cotidianos é reconhecendo os discursos táticos envolvidos nas relações. Nesse caso, o indígena pode ser pensado no papel do “homem ordinário”, que diante de uma dura realidade, cria estratégias para sua sobrevivência e inventa em seu cotidiano, em diferentes maneiras de ressignificar o que lhe é imposto, transformando-o de acordo com seus interesses, em algo diferente da pretensão de quem lhe impõe. Eis o protagonismo indígena!

A instalação do Posto Indígena Dantas Barreto em Águas Belas/PE

A extinção dos aldeamentos em fins do século XIX no Nordeste atendeu aos interesses das oligarquias locais, que em Águas Belas apropriavam-se das terras dos Carijó, principalmente para criação de gado. Para tanto era necessário ratificar o discurso que descaracterizava os indígenas habitantes no Aldeamento do Ipanema, a

fim de transformar o então povoado de Águas Belas/PE em município. Porém, esta ação intensificou a formação de alianças entre índios e não índios, inserindo assim os Carijó em um contexto sociopolítico na região (DANTAS, 2010).

Os índios no Nordeste expressam em suas memórias, lembranças do período quando ocorreram as invasões de suas terras e, depois, a extinção dos aldeamentos. Provocando, nas primeiras décadas do século XX, as migrações sazonais de muitos indígenas, que passavam muito tempo trabalhando em lavouras de cana-de-açúcar no litoral e de algodão no Sertão, onde tentavam conseguir dinheiro o suficiente para o sustento de suas famílias (SILVA, 2009). Nesse processo, ao contrário do proclamado pelas autoridades oficiais e fazendeiros invasores, os Carijó não foram aculturados. Os chamados “índios mestiços” passaram a reivindicar a demarcação de suas terras, afirmando a identidade indígena.

A instalação do Posto Indígena Dantas Barreto foi efetivada em 1928. Por essa razão, o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, representado pelo inspetor do SPI e o estado de Pernambuco iniciaram uma disputa judicial, na qual o Governador atuava como juiz, resultando no reconhecimento do direito indígena sobre as terras do extinto aldeamento, cabendo à cidade de Águas Belas/PE pagar o arrendamento do território aos indígenas (ARRUTTI, 1995).

Fazia parte das finalidades da política indigenista oficial na época, a imposição de um modelo de organização social que viria a ser característico do índio de “reserva indígena”, resultado de um exercício paternalista do órgão tutor. Porém, a tutela nunca resultou em uma total assimilação. Pelo contrário, nas décadas seguintes, foram instalados postos em diversas localidades no Nordeste com presença de índios, ocorrendo o reconhecimento das identidades indígenas.

Diferente de outros povos indígenas no Nordeste, que também vivenciaram um processo de aldeamento, os índios Carijó/Fulni-ô falavam a língua materna, realizavam rituais, restringindo-se a assimilação de outras expressões socioculturais não indígenas. O que ratificou os motivos do SPI conceder o seu reconhecimento étnico e abriu precedentes para o reconhecimento de outros povos no Nordeste com maior tempo de contato com a nossa sociedade (PERES, 2004).

As mobilizações indígenas ocorridas na década de 1920 pela busca do reconhecimento oficial realizadas no Nordeste, tendo os Fulni-ô como pioneiros, desencadearam em uma série de emergências étnicas de grupos indígenas, que

passaram a ser reconhecidos, assim, conquistando sua visibilidade junto ao Estado nacional e à sociedade regional.

“Pelos índios e o SPI”

O jornal carioca *A noite*, em março de 1931, fazia críticas ao SPI pelo uso indevido de recursos, maus tratos e violências contra os indígenas, acusando ainda o órgão estatal de ser “um serviço de catequese leiga, que punha Comte no lugar de Cristo, que desperdiçava grande quantidade de dinheiro público inutilmente e que só fazia explorar os silvícolas”. Segundo ainda o jornal: “mais de 50 mil contos consumidos sob o pretexto de proteger os índios” e de explorar o seu trabalho.

Diante da acusação, o Padre Alfredo elaborou uma carta com 12 páginas intitulada: “Pelos índios, O Serviço de Proteção aos Índios e a Tribu dos Carijós”, publicada em *O jornal*, também na cidade do Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano.

Nesta carta o religioso defendeu o órgão estatal das acusações e discorreu sobre as condições de vida dos índios em Águas Belas antes da construção do Posto Indígena (PI).

Um dia, em 1921, parti dos sertões de Pernambuco, de Águas Bellas. Não era um fascinado pelos esplendores no Rio. Era simplesmente o porta-voz das queixas e dos gemidos de 500 infelizes patrícios – Os índios Carijós – pobres pários, victimas indefesas de todas as vilanias da prepotência sertaneja, sem direito, coitados, de respirar, ao menos no recesso de suas mattas, victimas de todas as torpezas, de todas as crueldades do egoísmo e da cupidez e da desmoralização do homem civilizado que lhes roubava tudo[...]. Pela boca escancarada de suas covas e pelos braços estendidos de três pobres cruces, clamam ainda hoje aos ceos vingança, já que falhou de todo a justiça falaz dos homens! (DÂMASO, 1931, p. 6-7).

Destacou também as mobilizações que resultaram na instalação do PI, o Padre Alfredo Dâmaso se referiu a si próprio como “Capelão militar das tropas revolucionárias do Norte”. Narrou a instalação do Posto Indígena Dantas Barreto e os acontecimentos que se sucederam até então. O Padre Dâmaso recordava que quando chegou ao Rio de Janeiro, sem conhecer a cidade, dirigiu-se imediatamente ao escritório do SPI. Onde foi recebido pela Diretoria e funcionários como “um velho amigo, ou antes como um irmão entre irmãos, separados muito embora, pela diversidade de credos, mas vinculados pelo mesmo pensamento, pelo mesmo ideal – A salvação do índio”.

O religioso, teve acesso a matéria do jornal *A Noite* com o atraso de 20 dias, quando em um primeiro vislumbre percebeu a antítese de duas figuras que considerava

ilustres: Comte e Padre Anchieta. E continuando a leitura, com um ar de revolta posteriormente afirmou:

Um revoltado, contra toda a sorte de injustiças, quer se trate de pequenos e humildes, quer firam a dignidade e a honra de pessoas de responsabilidade definida, maximé em se tratando de homens conhecidos como distintos e leaes servidores da mesma Pátria (DÂMASO, 1931, p.3-4).

Referiu-se a Rondon, a Direção e os funcionários do SPI, como “bondosos patrícios” aos quais o *A Noite* tentou diminuir com sua reportagem. Atribuiu ainda a ideia de desrespeito a uma “politicalha” que se opunha contra o valoroso trabalho do órgão indigenista oficial. Ratificando ainda a importância das “Missões consagradas à catequese, quaisquer que sejam os credos que optem”.

O Padre Alfredo Dâmaso evidenciou que o jornal se preocupava mais com os gastos, justificando fracassos e não os sacrifícios e empenhos em favor dos indígenas. Dizia preferir como um exacerbado patriotismo beirando a uma “alucinação mental” ao entender como “fruto envenenado da insidia da inveja” contra Rondon. Para o religioso, tratava-se de um “Exaggerado ardor de um patriotismo mal entendido, visando quiçá uma medida de *economia* para salvação desta pobre Pátria espoliada e roubada e quase vendida”. Acreditava que quem criticava a ação do SPI, ou o fazia por má fé ou por ignorância.

Na ocasião da publicação da matéria, decorrera três anos que o Posto Indígena Dantas Barreto fora instalado em Águas Belas/PE. Segundo o religioso, no mesmo tempo que os indígenas se encontravam “libertos dos patrícios” e se sentiam “felizes e protegidos” pela ação do Posto porque suas terras teriam voltado para seu domínio. E a partir de então, surgiu uma aldeia nova de “casas bem acabadas substituindo os mucambos”, a salvo dos “incêndios dos usurpadores sem alma!”. Com “escolas em prédio próprio, higiênico e confortável” e “fazem inveja à cidade com seu grande e bem construído hospital”, o qual, lograva de “higiene e medicamentos e assistência médica quando necessária”.

O sacerdote justificou suas referências às figuras citadas anteriormente para referendar ironicamente que se os índios se encontravam algemados, seria pela gratidão. “Bemdicta, escravidão, essa de 500 criaturas algemadas pela gratidão!!”. O Padre Alfredo Dâmaso concluiu a carta reiterando veementemente que o SPI não

objetivava converter o índio a credo algum religioso ou político e sim protegê-los. Admitia equívocos, assim como existia no sistema de catequese, que poderiam ser corrigidos. Afirmando que juntos, o Positivismo e o Catolicismo, de “mãos dadas” poderiam “salvar o índio, material e espiritualmente”. E a extinção do SPI, no começo da República Nova seria “incontestavelmente, uma clamorosa injustiça, um crime que deixará, para todo o sempre um labéu horrível, e vergonhosa indelével mancha na bandeira da Revolução Salvadora!”.

A seguir apresentaremos relatos das memórias orais que evidenciam o protagonismo indígena nas relações, atuação e mediações do Pe. Alfredo Dâmaso junto ao SPI e às autoridades públicas nas reivindicações, reconhecimento, conquista e garantia dos direitos dos índios.

Memórias Carnijó/Fulni-ô: “Ele é conhecido como nosso pai. Defendeu os filhos”

Discorrendo sobre o Pe. Alfredo, o índio Fulni-ô e professor Expedito Lino enfatizou o que ouviu dos anciãos, sobre a importância da atuação do religioso:

Como os nossos mais velhos chamam, diziam que eles nos chamavam de *ihiato*, meus filhos. Eu concordo com o que dizem nossos anciãos, que conviveram com ele durante a sua estadia aqui no nosso povo. Ele foi muito importante para o povo Fulni-ô. Quando se fala em resistência, em provar sua raiz, nós temos como contribuição, a participação, o convívio de Padre Alfredo aqui na nossa comunidade. Ele era nosso pai. Era conhecido como nosso pai. Um pai, defende seus filhos. Um pai cuida de seus filhos, protege seus filhos. E padre Alfredo, fez mais do que isso. Ele, mais que protegeu, ele mais que cuidou dos filhos, que foram os povos indígenas.¹

O entrevistado afirmou que Padre Alfredo sensibilizou-se com a situação de opressão vivenciada pelos indígenas:

Ele era conhecido como um sacerdote durão, militar, imponente, mas ao chegar no povo indígena Fulni-ô ele viu a situação, e se encantou com a situação que viviam. A falta de direito que era dado pelos coronéis das províncias de Pernambuco, então ele se sensibilizou com aquela situação em que viviam os povos indígenas, principalmente aqui no Nordeste.

E após tomar conhecimento das perseguições, abusos e crimes dos coronéis contra os indígenas, o Padre Alfredo escreveu a Rondon:

¹Expedito Lino. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

Como era um homem justo, era defensor nato dos direitos humanos. Ele começou a entender a proporção de ameaças contra a vida humana, onde as nossas casas que nós fazia, era feita de palha. Os coronéis vinham e queimavam, tocavam fogo, prostibulam, abusavam sexualmente de nossas indígenas. E ele não queria isso, porque... então umas das suas primeiras ações foi enviar uma carta para o Marechal Rondon que na época era um dos principais desbravadores do Brasil, na busca de comunicação no país. Ele era a pessoa ideal que tinha poder sobre as políticas no Brasil, tinham influência.

O entrevistado lembrou que o religioso foi procurar pessoalmente Rondon no Rio de Janeiro, resultando na criação do PI em Águas Belas,

Então ele escreveu uma carta para esse, para o marechal Rondon, dizendo como era a situação desse povo indígena. Não se contentou, foi até a cidade do Rio de Janeiro e falou pessoalmente com o Marechal Rondon, comunicando como era a situação, então, já existia o SPI, Serviço de Proteção ao Índio. E foi enviada uma comissão organizada por, Manoel Jacobina, um português que vivia junto com ele, que fazia esse trabalho, de localização no Brasil. Então vieram pra cá essa equipe, chegaram aqui e conheceram, os Fulni-ô como povo indígena. E foi construída a sede administrativa do SPI, que é o Posto Dantas Barreto, que está aqui atrás...

Com a construção do PI, os indígenas mobilizaram-se para construir casas e cultivar lavouras de subsistência para ter melhores condições de vida:

Então, marcou o território do SPI. A partir de então os que eram nômades se juntaram E começaram a conviver junto e a partir de então o Padre Alfredo delimitou. Os índios construíram casas de barro, de taipas, você pode ver depois nas fotos, e começou a implantar um plano de justiça aqui no povo. E através do SPI, a gente teve mais condições de sobrevivência humana. A partir de então, a partir desse momento, o povo Fulni-ô foram, se tornou um povo agrícola, começou a plantar. Porque até então, esse povo sobrevivia apenas da Natureza.

Também após enfatizar a importância da atuação do Padre Alfredo Dâmaso, o fulni-ô José Xisê lembrou o que ouviu da sua mãe sobre a mobilização indígena quando do falecimento do religioso, para trazer o corpo para a Aldeia em Águas Belas. Sepultar o religioso no território indígena era um reconhecimento pela sua atuação em defesa dos Fulni-ô, inclusive das expressões religiosas peculiares dos indígenas

Ele deixou no testamento dele que queria ser enterrado aqui na comunidade indígena. Então quando os índios suberam que ele morreu, os índio foro caminhando até Bom Conselho a pé, pra resgatar o corpo dele e a família não deixou. Mas, depois, viro, um outro testamento dizendo "eu quero me enterrar na comunidade fulni-ô". Aí truxeram uma parte dos ossos, e fizeram lá na sacristia, onde ele mermo ficava. E hoje tá um pouco dos resto, dos ossos, dele, pra simbolizar ele, o que ele

queria, né? Foi realizado o sonho dele, e nós aceitamos também, muito bem. [...] ele disse: “Não deixe que eles mate os índios mais velho, os anciões que são os dono da cultura. E através deles é que vocês vão aprender a religião. Não deixe que os seus cultos sagrado no Ouricuri”. Que é uma outra aldeia que nós temos, aonde a gente vai frequentemente em um retiro espiritual.²

Outro entrevistado enfatizou a coragem e a firmeza do Prade Alfredo que possuía uma arma, frente a um ambiente de constantes ameaças e violências:

Ele era assim, ele era homi. Ele era topado mermo rapaz. E o povo de Águas Belas tinha era medo dele. Oxi! Ele andava era com um parabelo.³ Tirava a batina, butava lá. Depois ele ia celebrar a missa. Depois que terminava a missa, butava o parabelo na cintura e vestia a batina de novo. Ele era assim, o Padre Alfredo. O povo de Bom Conselho tinha medo dele. Tinha!⁴

O religioso andava armado, para defender-se e impor-se diante das oligarquias que como era de conhecimento público dominavam nos municípios de Águas Belas e Bom Conselho, este último assim nomeado após apaziguamento pelos Capuchinhos das violentas disputas entre famílias locais.

Foi possível observar o clima de tensão existente a partir do relato da índia Ana Araújo, sobre o que ouviu da sua mãe e as memórias de quando era criança:

Alí onde era Rolando, disse que era uma carreirinha de rancho de palha. Aí butaro pra correr pra cá. Daqui butaro de novo pra correr, foi uma vida... Aí apareceu esse pade, pade Alfredo. “Vocês vão ficar aqui, não tem mais quem tire vocês, se tirar eles vão se arrepender. Daqui vocês num sai! Aí apareceu esse pade defendendo os índio, e disse que quando contava a situação, disse que ele chorava. Daqui vocês não sai mais, quem diz sou eu e aquele do céu. E não saímos mais. E ainda, ficavam louco para tirar nois daqui. Que é nosso!⁵

O reconhecimento da atuação do Pe. Alfredo em favor dos índios Fulni-ô, é também expresso pelos relatos dos indígenas sempre enfatizando ter sido o religioso o único não índio convidado para participar do restrito ritual do Ouricuri. Segundo os indígenas o Padre não aceitou o convite afirmando ser um ritual apenas para os índios.

²José Xisê, 46 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

³A pistola Parabellum de origem alemã, era bastante conhecida durante a primeira metade do Século XX. Sendo de uso privativo das Forças Armadas e policiais no Brasil, mas também preferida por Lampião. Essa arma letal foi ironicamente romantizada e criado um grande fascínio pelas produções cinematográficas de Hollywood. Para outras informações ver: <http://vitrinedaarmaria.blogspot.com.br/2009/06/pistola-parabellum-no-imaginario.html>

⁴Severino Barbosa, 78 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

⁵Ana Lucia Pereira de Araújo, 67 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

O que vem sendo interpretado pelos Fulni-ô como uma atitude profundamente respeitosa, aumentando a dimensão da admiração indígena pelo religioso.

Memórias das mobilizações Xukuru

As relações entre os índios Xukuru então reconhecidos como habitantes em Pesqueira/PE e o Pe. Alfredo Dâmaso eram de longa data, como foi expresso por vários indígenas entrevistados. Um dos entrevistados lembrou da viagem para uma “representação”, em “Papacaça”, nome original do atual município de Bom Conselho/PE na fronteira com Alagoas. Atendendo a um convite do Padre Alfredo, o então Cacique Jardelino Pereira levou o entrevistado com outros índios: “Nesse tempo, os índios daqui o pai velho, ele tirava os principal. Ai eles, escolheram, escolheram, escolheram, quando foi na época nós fomos, por caminhão, os sessenta índios”.

O entrevistado lembrou ainda das vindas de Pe. Alfredo à Serra do Ororubá, da sua amizade com os índios em Cana Brava (“Cana Braba”), onde o religioso celebrava missas anualmente, no dia 19 de março, dedicado a São José:

Ôxe! Me lembro, na casa do finado Antônio Elói. Lá em Cana Braba. Na casa do finado Zé Paulino, em Cana Braba. Todo ano ele vinha, vinha e celebrava missa lá no Antônio Elói e na casa do finado Zé Paulino.⁶

A ampliação do direito a pensões para filhas de militares e voluntários ex-combatentes na Guerra do Paraguai, foi reconhecida por uma Lei de 1948 promulgada pelo Presidente Vargas.⁷ Os Xukuru se mobilizaram então para usufruir do benefício legal. O índio Durval, que mais tarde, como funcionário do Posto do SPI na Aldeia São José, se tornaria enfermeiro e professor muito querido e lembrado pelo povo Xukuru, relatou que esteve em várias localidades na Serra do Ororubá, procurando as possíveis beneficiárias. E que foi ao Recife, para garantir, junto às autoridades militares, o direito às pensões. Mas, como o pleito indígena não foi atendido no Recife, os indígenas resolveram procurar a Inspetoria do SPI, no Recife, e posteriormente o General Rondon, no Rio de Janeiro.⁸

⁶Gercino Balbino da Silva, 80 anos (falecido). Aldeia Pedra d'Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 11/08/2004.

⁷Lei 488 de 15 de novembro de 1948: “Dispõe sobre o pagamento de vencimento, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União”. Art. 30: “É assegurado o direito a pensão, instituída pelo Decreto nº. 1544 de 29 de agosto de 1939, as filhas dos militares que serviram na Guerra do Paraguai e cujas progenitoras faleceram ou virem a falecer”.

⁸Entrevista em fevereiro de 1997. Publicada in: CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. *Memórias do povo Xukuru*. Olinda, PE, 1997, p.30.

Uma crônica publicada no jornal semanário de Pesqueira, em meados de dezembro de 1951, registrava a presença de Pe. Alfredo Dâmaso na Serra do Ororubá. Qualificando o religioso como um “etnógrafo” pelo seu conhecimento, inclusive da língua dos “caboclos residentes em Águas Belas”, o cronista se referia também às estreitas relações do religioso com os índios Carnijó, atualmente conhecidos como Fulni-ô. O cronista escreveu que, em Pesqueira, o Pe. Alfredo conversara com “alguns habitantes serranos”, dentre eles Romão da Hora.

Escreveu ainda o cronista que, além de anotações de “numerosos vocábulos xucurus”, o sacerdote católico romano: “Tratou, igualmente, dos direitos, até agora postergados, dos descendentes dos heróis que derramaram o sangue nos campos da luta no Paraguai”. Para o cronista, as pensões para as viúvas “desses heróis” da Guerra do Paraguai era um antigo direito reconhecido por lei federal, mediante a apresentação de documentos comprobatórios de parentesco com “Os nossos conterrâneos da serra de Ororubá, antigos componentes do ‘30 de Voluntários””, numa referência ao batalhão formado por índios enviados para a Guerra do Paraguai.⁹

Um indígena Xukuru entrevistado, lembrou que o Padre Alfredo procurou Romão da Hora, morador em Brejinho, para tratar dos direitos dos índios à pensão, por seus antepassados terem participado da Guerra do Paraguai:

O Padre Alfredo, na época dele, ele procurou Romão da Hora que morava ali em Brejinho. Eu era muito novo, mas toda vida gostei de apreciar as conversas dos velhos, ele falou pro padre Alfredo. Padre Alfredo disse: “Vocês, esses índios velho da época da Guerra do Paraguai, vocês vão ter o direito dado pelo governo. O governo vai pagar um direito a vocês, tanto dos familiar, dos que for da família dos que foram, que morreram, não voltaram mais, como dos que foram e voltaram, todos tem direito a essa... a essa pensãozinha”. Bom, e nos fiquemo, fiquemo, fiquemo, fiquemo, tinha deles que era meio... “Ah! Esse padre só faz conversar!” “Esse padre só tem conversar”. Era, muitos dizia. Mas, ninguém ligava pra isso não. Ai nós fomos, fomos, fomos... Quando estourou essa história do aposentado, o finado Romão da Hora disse: “Olha, meninos, isso ai foi a história que o Padre disse naquele tempo, que ele andava aqui. Ele disse que nós ia ter direito a uma pensão, faz... vai trabalhando, vai ficando velho, com pouco não pode mais trabalhar, coisa e tal. Eles vão, inventaram essa história de aposentar, eles aposentando o índio tem direito, a aposentadoria, aquele total toda vida. Até morrer, tá bem?” Será que foi isso? Foi! Foi! Justamente. Ai apareceu essa história, desse, dessa aposentadura e coisa e tal, vai ficando velho e vai se aposentando e só quem não se

⁹MACIEL, José de Almeida. O Padre Alfredo Dâmaso em visita a Ororubá: ato reparativo que urge providências. In: *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 16/12/1951, p.1.

aposentou foi ele, o Romão da Hora! Porque, ele não era desse tempo, era por idade nera? A idade dele não dava. Ai ele ficou.¹⁰

Outro entrevistado também lembrou que:

Padre Alfredo na época fez muitos casamentos. Lá pela Serra fez muitos casamentos. Inclusive, meu pai casou-se foi ele, ele fez o casamento. Meu pai, meu avô é quem dizia. Contava eu ouvia e gravei até hoje.¹¹

Segundo ainda o entrevistado, Padre Alfredo comprou o terreno e financiou a construção da Capela de São Pio X, na atual Aldeia Brejinho. Cabendo ao índio Malaquias, residente naquele local, a responsabilidade pelo acompanhamento da obra e o pagamento dos trabalhadores. A construção da capela alcançava uma dimensão simbólica política significativa, na medida em que representava, além do estreitamento das relações entre o sacerdote e os índios, também o apoio político do Pe. Alfredo, da reconhecida atuação em defesa dos índios Carnijó (Fulni-ô).

Esse apoio, ao menos no que dizia respeito ao direito às pensões de veteranos da Guerra do Paraguai, foi reconhecido pelo anteriormente citado cronista pesqueirense, quando escreveu:

Desde muitos anos, em virtude de lei federal, as viúvas desses heróis têm direito a uma pensão mediante a apresentação de documentos... Os nossos conterrâneos da serra de Ororubá, antigos componentes do '30 de Voluntários', já desapareceram todos, restando um ou outro filho. Lembramo-nos de alguns: brigada Zeferino Araújo, condecorado com a medalha de campanha, residente em Afetos; cabo Aquilino Cardoso, morador à rua hoje denominada 30 de Voluntários; José Mendes Sobral, de Santana; os Rodrigues, os Piranhas, de Cana Brava, além de outros que já não me ocorrem a memória.¹²

A mobilização pelo direito às pensões motivou os Xukuru às reivindicações ao direito às suas terras, diante das perseguições dos fazendeiros, como relatou o índio Durval Ferreira Farias, morador no Bairro "Xucurus" na cidade de Pesqueira:

Aí então eu comecei a fazer o trabalho a bem das pensões dessas mulheres... Aí aconteceu que todos os índios se manifestaram, fizeram o convite de eu procurar os direitos deles, chorar por eles. Eu digo: -O que chorar? É defender os direitos deles, arranjar... Isso é difícil! Os homens brancos

¹⁰Gercino Balbino da Silva, 80 anos (falecido). Aldeia Pedra d'Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 11/08/2004.

¹¹Pedro Rodrigues Bispo, "Seu" Zequinha, 72 anos, Pajé Xukuru do Ororubá. Bairro Baixa Grande, em 05/07/2004, Pesqueira/PE.

¹²MACIEL, José de Almeida. O Padre Alfredo Dâmaso em visita..., op. cit.

de Pesqueira, se eu manifestar esse programa diante de vocês eu sou perseguido.¹³

Nas memórias do índio xukuru Durval, percebemos os meandros da mobilização para a escolha dos índios que viajariam ao Rio de Janeiro, onde fariam suas reivindicações junto a Rondon e o SPI:

Aí passou-se, silenciou-se tudo por aí. Aí o povo me via, dizia: “–O que é que se faz, nós não temos direito a nada? Tá perseguindo a gente? Aí eu digo: “–Mas tenha paciência que vem. Tenha paciência que vem”. Aí de 51, 52, 53, 54, aí chegou. “–Mande os homens; três índios que sofre mais aí na Serra de Ororubá aqui a minha presença. Aí fui saber desses homens, que era parente desses homens. Aí disse: “–Eu não vou não. Não tenho coragem, já tô velho. Aqui tem Antônio Nascimento. Antônio Caetano Nascimento da Hora; tem Félix e tem Stênio. Eles são disposto. Um tem 50 e poucos anos, outro quase 60, por assim. Eles tem coragem de ir lá.¹⁴

Os índios iniciaram novas articulações em busca de apoios. Inclusive procurando o Padre Alfredo Dâmaso para ajudar na viagem ao Rio de Janeiro. O índio Durval recorreu aos seus contatos da época em que trabalhou no Sertão de Alagoas, caminho dos viajantes para o Sul/Sudeste, quando conheceu Dom Adelmo Machado, que se tornara Bispo de Pesqueira e Padre Alfredo Dâmaso, pároco em Bom Conselho. O encontro dos três xukurus com Rondon seria facilitado pelas relações do religioso com o fundador do SPI:

Aí tinha um Bispo aqui chamado Dão Adelmo Machado que conhecia muito os índios Xukuru de Colégio a Palmeira dos Índios, que fugiram daqui prá não morrer. Os brancos que expulsaram prá lá. Aí eu conhecia porque eu, de 26 [1926] até 28 [1928] eu trabalhei de Quebrangulo até Palmeira dos Índios numa linha de ferro, trabalhando. Aí eu disse: “–Vocês vão lá. Chegar em Bom Conselho, tem um padre chamado beneditinos [os Capuchinhos tem um convento em Bom Conselho e sempre foram amigos de Padre Alfredo Dâmaso, vigário na Cidade]. Ele protege o índio de Águas Belas, de Palmeira dos Índios. Esse padre é muito bom. Chama ele beneditino, Padre Alfredo Daria. Vocês se entende com ele que ele dá mais uma proteção, conhece Cândido Rondon.

O entrevistado citou ainda a data e o tempo de duração da viagem e os nomes dos que foram para o Rio de Janeiro: “Esses homens saíram daqui no dia 1º de outubro de 1953 e chegaram no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1954. Três

¹³CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. 1997, p.31

¹⁴Idem.

meses de viagem. O Antônio Nascimento, o Félix e o Stênio, esses três irmãos chegaram lá”. Enfatizando o apoio recebido pelo Padre Alfredo Dâmaso durante a mobilização indígena na viagem para a Capital federal.

“Os dois Alfredo, um só nome, e um só destino”: memórias do protagonismo Xukuru-Kariri

Reconhecida liderança indígena em Alagoas, “Seu” Antônio Celestino, 78 anos, o Pajé Xukuru-Kariri (Palmeira dos Índios/AL), narrou suas lembranças sobre as relações do Pe. Alfredo Dâmaso com o seu povo. Afirmou que ainda criança conheceu o religioso, amigo do seu pai que também chamava-se Alfredo e foi uma respeitada liderança na defesa dos direitos dos Xukuru-Kariri:

Então, através de Padre Alfredo com a amizade com meu pai que chamava Alfredo também, ele saía daqui, pra Bom Conselho, tomar conselho, experiência com ele, né?! Que ele como padre e defendia esse povo que entrara no genocídio. Mas a gente num se tratava mais, se tratava de caboco. Mas, quando meu pai entrou na luta, chegou um dia que era preciso reconhecer esse nome então que nós fazia parte já dos Kariris, né?!¹⁵

Com o apoio do Pe. Alfredo, o pai do entrevistado viajou ao Rio de Janeiro reivindicar junto a Diretoria do SPI terras para os indígenas, conseguindo que órgão estatal indigenista comprasse a um fazendeiro em Palmeira dos Índios parte de uma fazenda destinada a moradia dos Xukuru-Kariri, com o processo sendo acompanhado pelo religioso:

Meu pai foi a Rio de Janeiro. E nessa época, era José Maria Gama Marché que era o Diretor de lá, da Inspetoria. Não sei como era que chamava, mas era assim. E era o Diretor Geral. E meu pai reconheceu, e através de José Maria Gama Marché, conseguiu uma venda de pinheiro e comprou a Fazenda Canto. E foi assim que Padre Alfredo veio aqui mais outros funcionários do SPI. Chamavam Deocleciano, Irineu dos Santos e fizeram, fecharam o negócio aqui com o fazendeiro Juca Sampaio, que era dono da Fazenda. E fizeram o negócio. Padre Alfredo acompanhou esse processo. Agora não se ele fez parte de alguma assinatura, ou de alguma coisa nas negociações.

¹⁵Entrevista realizada em 24/12/2016 na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL. É importante salientar que “Seu” Antônio Celestino é o pai de Maninha Xukuru-Kariri (Etelvina Santana da Silva), reconhecida liderança indígena no Nordeste. Falecida em 2006, Maninha atuou intensamente na defesa da demarcação das terras e pelos direitos do seu povo, veementemente negados por membros da oligarquia agrária invasores das terras indígenas e discriminados por parte considerável da população não índia naquele município. Existem vários documentários no YouTube sobre Maninha Xukuru-Kariri. Ver especialmente a entrevista disponível em <<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/multimedia/videos/video13.htm>>.

Lembrando a atuação do seu pai que tinha o mesmo nome do sacerdote, “Seu” Antônio Celestino afirmou: “os dois Alfredo, um só nome e um só destino”, referindo-se à defesa dos direitos indígenas. Afirmando também que com a mobilização indígena e as mediações do Pe. Alfredo a situação mudou para os Xukuru-Kariri:

Mudou. Porque aí foi que meu pai, chegou e ele era o pivô da coragem. Só meu pai, eu alcancei ele ser revoltado com o trabalho alugado, ele queria liberdade. Meu pai nunca foi morador de ninguém! Os Xucurus-Kariri vivia nas suas própria terra, trabalhando como peão, como mão de obra, como escravo, para os senhores. E quem não ficava e fugia, onde chegava encontraro a mesma coisa. “Quer uma morada, trabalhe”! Ficava como morador, mão de obra. E meu pai nunca foi morador de ninguém, se criou e lutou pela liberdade desse povo. Isso é que eu agradeço aos dois Alfredo.

A índia Xukuru-Kariri Maria da Salete Souza, 72 anos, matriarca da Família Santana, narrou que a sua falecida tia Rosa era querida e bastante visitada pelos índios. A entrevistada afirmou que não sabia como sua tia Rosa aprendera ler e escrever, razão pela qual foi procurada por um grupo de índios, incluindo lideranças e o Pajé que não dominavam a escrita e vinham pedir a Rosa para escrever ao Pe. Alfredo:

Aí descia um grupo dos Kariri, vinha uns índio de lá. Liderança, três, quatro, cinco índios velhos, o Pajé. Aí vinha pra casa do meu avô. Aí eles iam dizendo e ela ia copiando como uma carta. Fazendo o pedido deles prá Padre Alfredo e tudo. Aí se juntava mais três, quatro índios daqui e iam pra Bom Conselho. Era que era onde ele vivia, o Padre Alfredo, levar esse papel pra ele. Porque ele ajudava muito os índio, a respeito de conhecer o pessoal mais longe do Rio de Janeiro, desses canto. E passava esses papel, minha tia fazia essas carta e ele levava. Aí com o tempo minha tia morreu, eu era pequeninha... O nome da minha tia era Rosa.¹⁶

Segundo ainda a entrevistada, após o falecimento de sua tia, o viúvo queimou todas as suas cartas. Presumindo-se que o fogo tenha destruído correspondências entre os índios e o Padre Alfredo Dâmaso.

Considerações finais

Os Carijó/Fulni-ô, os Xukuru do Ororubá, os Kariri-Xokó e os Xukuru-Kariri assim como outros povos indígenas no Nordeste, vivenciam um longo período de contato com os não indígenas, porém, afirmando de maneira intensa suas expressões

¹⁶Entrevista realizada na Aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 28/10/2016

socioculturais, em meio a inserção em contextos políticos regionais, favorecidos pela aliança entre índios e não índios. Os indígenas em suas mobilizações encontraram na atuação de Padre Alfredo Dâmaso um papel de mediador, que foi importante para a emergência étnica do povo indígena Fulni-ô e a instalação do Posto Indígena Dantas Barreto. Suscitando as mobilizações e a emergência étnica de outros grupos indígenas nos primeiros anos da década de 1920 até meados de 1950, a atuação do religioso contribuiu para o reconhecimento dos Pankararu, os Xukuru-Kariri, os Kambiwá, os Kariri-Xokó, os Tuxá e os Truká (ARRUTI, 1995).

Nessas mobilizações, recorreram a mediadores a exemplo do Padre Alfredo Dâmaso. E ainda que em suas atuações “Os mediadores ajudam a abafar os conflitos de interesses, mantendo o canal de contato entre grupos, o que ‘estabiliza’ as relações que poderiam ser de confronto. Eles também “protegem” ou “defendem” a “comunidade” dos interesses desiguais originados da esfera nacional/extra local” (VALLE, 2015, p.18), como é possível pensar sobre a atuação do religioso principalmente a partir dos relatos das memórias indígenas. Tendo presente também que “a mediação é historicamente criada porque nem todo mediador consegue sê-lo sem riscos, impasses e contestações societárias”. Sendo que “a mediação pode ser vista como um ‘recurso’ que demanda investimento e uma constante negociação de significados e sentidos entre as partes que estão sendo mediadas, os planos e níveis de relação e hierarquização (VALLE, 2015, p. 39-40).

Na carta “Pelos índios. O Serviço de Protecção aos índios e a tribu dos Carijós no sertão de Pernambuco”, o Padre Dâmaso afirmou sua confiança na ação da missão do General Cândido Rondon e o SPI, com base em sua experiência de mobilizações junto aos indígenas em busca pelo reconhecimento étnico oficial dos indígenas habitantes em Águas Belas/PE, diante das ações do órgão indigenista oficial, bem como na atuação do Posto e os significados para a vida dos indígenas. Muito embora, o SPI não garantiu a demarcação das terras aos povos indígenas no Nordeste, permanecendo nos anos seguintes os conflitos com os fazendeiros.

Mas, para os índios em suas mobilizações nas primeiras décadas do Brasil republicano, reivindicar o reconhecimento oficial era reivindicar a tutela, essa foi “uma das vias pelas quais os povos indígenas, no médio prazo, acabaram por ultrapassá-la, garantindo-se o status jurídico que lhes era negado. Marcaram, assim, uma posição essencial nas lutas futuras pelo direito à terra, à assistência diferenciada em saúde e em educação” (LIMA, 2015, p.97-98). E apesar das violências dos invasores contra os

índios, continuam na atualidade as mobilizações indígenas nas retomadas por territórios reivindicados com a convicção de que pertenceram aos seus ancestrais.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício P. A. Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: *Estudos Históricos* v. 15, 1995, p. 54-94.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp. 2013.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE/CCLF. *Memórias do povo Xukuru*. Olinda, PE, 1997.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1996.

DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco. (1860-1920)*. Niterói, RJ, UFF, 2010. (Dissertação Mestrado em História).

GEERTZ, Clifford. *Obras e vida: o antropólogo como autor*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Estado e povos indígenas no Brasil contemporâneo: da tutela à ação do movimento indígena”. In: VALLE, Carlos Guilherme do. (Org.). *Etnicidade e mediação*. São Paulo, Annablume, 2015, p. 87-115.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: *Mana*, vol.4, n.º.1, p.47-77, abr. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1999.

PERES, Sidnei Clemente. “Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-1967)”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1999, p. 43-92.

SILVA, Edson H. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Campinas, SP, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado em História Social).

_____. “Os Xukuru e o Sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas”. In: *CLIO-Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, UFPE/PPGH, n.º 26.2, 2009, p.215-244.

_____. “Xukuru: a conquista do Posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru do Ororubá (Pesqueira-PE)”. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. (Org.).

Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro, Museu do Índio/FUNAI, 2012, p. 274-283.

VALLE, Carlos Guilherme do. "Etnicidade e mediação como política e cultura". In: VALLE, Carlos Guilherme do. (Org.). *Etnicidade e mediação*. São Paulo, Annablume, 2015, p. 13-59.

Documentação consultada

DÂMASO, Pe. Alfredo Pinto. *Pelos Índios. O Serviço de Proteção aos Índios e a tribu dos Carijós no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, SPI, 1931.

Entrevistas

Ana Lucia Pereira de Araújo, 67 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

Antônio Selestino, 78 anos, Pajé Xukuru-Kariri. Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios/AL, em 24/12/2016.

Expedito Lino, 37 anos, professor. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

Gercino Balbino da Silva, 80 anos (falecido). Aldeia Pedra d'Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 11/08/2004.

José Xisê, 46 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

Maria da Salete Souza, 72 anos, matriarca da Família Santana. Aldeia Mata da Cafurna, Palmeira dos Índios/AL, em 28/10/2016.

Pedro Rodrigues Bispo, "Seu" Zequinha, Pajé Xukuru do Ororubá, 72 anos. Bairro Baixa Grande, em 05/07/2004, Pesqueira/PE.

Severino Barbosa, 78 anos. Aldeia Fulni-ô, Águas Belas/PE, em 19/05/2017.

Edson Silva

Professor titular de História do Colégio de Aplicação da UFPE. Leciona no ProfHistória/UFPE, no PPGH/UFCG e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru. Doutor em História Social pela Unicamp.

Deisiane da Silva Bezerra

Mestranda em História pelo PPGH da UFCG. Professora do Ensino Fundamental em Igaci/AL.
